

Fundamentos Jurídicos da Atividade Penitenciária e Custódia	Lei de Execução Penal; Noções de Direito Processual Penal; Noções de Direito Penal; Prerrogativas do Advogado; Abuso de Autoridade; Pacote anticrime e reflexos no Sistema Prisional; Resolução do CNPCP/CNJ.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Fundamentos Jurídicos da Responsabilização Criminal.	Limites constitucionais do Poder Punitivo do Estado; O Sistema Prisional sob a ótica constitucional: competências e papéis tripartites (Legislativo, Judiciário e Executivo); Introdução geral à Execução Penal. Conceito, finalidades da Lei de Execução Penal, natureza jurídica, autonomia do Direito de Execução Penal, humanização da execução penal, garantias processuais e legais, competências.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Fundamentos Políticos e Sociológicos da Prisão e da Pena.	Responsabilização criminal, respostas institucionais alternativas à prisão e outros mecanismos de solução de conflitos; Teorias da punição: restrição e privação de liberdade; Controle e repressão na formação das sociedades modernas; Poder punitivo e democracia: Estado Penal e Estado Democrático de Direito; Sociedade Brasileira e prisões; o fenômeno do encarceramento massivo no Brasil contemporâneo; Sistema de Justiça Penal.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
INFOPEN, SEEU e Cumprimento de Decisões Judiciais.	Cumprimento de decisões judiciais; Alimentação de INFOPEN; Regras de Utilização do SEEU; Formulação de informações às autoridades solicitantes.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Humanas e/ ou em Direito e/ou em Ciência da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Desejável curso na área específica e/ou experiência profissional comprovada com a temática.
Lei de Execução Penal.	Objetivo; Órgãos da Execução; Institutos Jurídicos; Princípios básicos da Sanção; Elementos Instrumentais na Execução Penal: Educação, Trabalho, Religião, cultura e lazer.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções sobre Criminologia e Sociologia do Crime e da Violência.	Causas da criminalidade; Análise do Sistema Penitenciário; Formas e métodos de ressocialização; Personalidade do delinquente; Análise biológica e social do crime e do criminoso; vitimologia; Apresentar, contrastar e problematizar as teorias sociais sobre a criminalidade; Analisar a formação da categoria de crime no contexto da modernidade e da emergência do sistema de justiça penal, focalizando as tradições iluministas e positivistas, e as contribuições de Durkheim e do marxismo; Discutir as teorias da desorganização social e da associação diferencial, anomia, subcultura, oportunidade, controle, rotulação, criminologia crítica, escolha racional e atividades rotineiras.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Noções sobre o Princípio da Individualização da Pena e da Comissão de Classificação Técnica (CTC).	Conceituar a individualização da pena; Apresentar a função da CTC; Refletir sobre a reintegração social dos presos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Participação e Controle Social.	Compreensão quanto ao papel da Participação e Controle Social no sistema penitenciário como mecanismo apto a aprimorar a gestão prisional.	Diploma, devidamente registrado, de curso nível superior em qualquer área de formação, com preferência para as áreas de ciências sociais e sociais aplicadas; Formação complementar e/ou experiência na área de Controle Social, com preferência na aplicação da temática no sistema prisional.
Participação Social e controle da Execução Penal.	Órgãos de controle social; Papel da Sociedade Civil na Execução da Pena; Participação Familiar; Sigilo de Informações; Órgãos: Ouvidorias, Conselhos Penitenciários, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Conselhos da Comunidade, Defensoria Pública; O Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: sociedade civil e controle internacional; Direito à Denúncia e Informação/ Mecanismos de Proteção.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Penas e Prisões.	As penas e as prisões em seu sentido histórico, político e social com ênfase nos conceitos de: criminalização, seletividade, etiquetamento e reação social, bem como aplicação, na prática profissional, dos instrumentos analíticos para o entendimento e intervenção sobre as dinâmicas de encarceramento e modos de funcionamento das prisões.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Princípios da Autodefesa.	Reflexão sobre os fatores que influenciam a ocorrência do crime.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Privação de Liberdade no Brasil: modelo institucional e jurídico.	Estrutura jurídica e institucional referente aos serviços penais, com ênfase para Constituição Federal e para a Lei de Execuções Penais, e, a estrutura e modelo de funcionamento dos órgãos responsáveis pelos Serviços Penais.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimento Disciplinar Penitenciário.	Alinhamento de práticas e processos desenvolvidos na Comissão de Sindicância. Rotinas administrativas. Capacitar servidores que ainda não possuem capacitação e a atualização dos já capacitados para alinhamento dos conhecimentos e procedimentos do setor.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e/ou Ciências Sociais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimentos de Custodia, Rotinas Administrativas e Prontuários de Atendimento Técnico Jurídico.	Procedimentos de custódia; Regras de inclusão de presos; Organização de prontuários jurídicos e evolução do cumprimento de pena; Rotinas Administrativas; Atendimento técnico-jurídico nas UPS.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Procedimentos Disciplinares e Correcionais aplicados à Pessoa Privada de Liberdade.	Procedimentos de disciplina voltados aos internos: direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade; responsabilidades da Administração; Importância da disciplina para organização e funcionamento das unidades e do sistema.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Responsabilidade Administrativa e Penal do Servidor Penitenciário.	Prestar informações acerca da administração pública e atos do agente público que tem seus atributos deveres e responsabilidade, perante o ordenamento jurídico no âmbito Estadual: a) Princípios constitucionais da administração pública: Hierarquia das leis: deveres, proibições, responsabilidades, penalidades, extinção, providências e medidas; b) Do processo administrativo e da sindicância: princípios, sindicância, processo e recursos; c) Dos crimes contra a administração pública; d) Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; e) Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; f) Dos crimes a administração da justiça; g) Tortura; h) Prisão do servidor público Estadual; i) Prerrogativas do advogado.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.